

AGROECOLOGIA, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS NO ASSENTAMENTO JUNDIÁ DE CIMA (TAMANDARÉ – PE): RELATO DE EXPERIÊNCIA EXITOSA DE UMA AGRICULTURA FAMILIAR

AGROECOLOGY, SOCIAL ORGANIZATION AND ACCESS TO PUBLIC POLICIES IN THE JUNDIÁ DE CIMA SETTLEMENT (TAMANDARÉ - PE): REPORT OF A SUCCESSFUL EXPERIENCE OF A FAMILY FARM

Marcelo Rodrigues Figueira de Mello^{1*} , Elisabete Silva de Lima² , Rômulo Vinícius Cordeiro Conceição de Souza³ , Tonny Cley Campos Leite⁴ , Bianca Silva Tavares⁵ 

¹ *Autor para correspondência. Engenheiro agrônomo e Doutor em fitopatologia. Docente do curso de Tecnologia em agroecologia. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, Tecnologia em Agroecologia, Campus Barreiros. E-mail: marcelomello@barreiros.ifpe.edu.br.

² Graduanda Tecnologia em Agroecologia pelo IFPE- Campos Barreiros. Bolsista PIBIC CNPq. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, Tecnologia em Agroecologia, Campus Barreiros.

³ Professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco – *Campus* Barreiros, Doutor em Ciência do Solo pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

⁴ Doutorando em Inovação Terapêutica e Biotecnologia. Experiência na área da Saúde atuando como farmacêutico e microbiologia. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, Tecnologia em Agroecologia, *Campus* Barreiros.

⁵ Professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco – *Campus* Barreiros, Doutora em Engenharia de Água e Solo pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Recebido: 11/09/2023 - Revisado: 23/11/2023 - Aceito: 18/12/2023 - Publicado: 29/12/2023

RESUMO: Esse relato de experiência é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso do Tecnólogo em Agroecologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco *Campus* Barreiros. O território da Mata Sul de Pernambuco é caracterizado por uma estrutura econômica agrária onde prevalece conflitos pela terra, impactos ambientais e sociais. Neste território, existem inúmeros assentamentos de reforma agrária. Apesar dos avanços observados no segmento da agricultura familiar na última década, o Censo Agropecuário mais recente ressaltou expressivas fragilidades nas relações de gênero e no acesso aos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). O relato de experiências exitosas no âmbito da agroecologia funciona como uma estratégia de motivação para as famílias agricultoras iniciarem processos de transição. Neste estudo destaca a trajetória da agricultora Elisabete Silva, que superou inúmeros desafios, como o preconceito pela sua condição de ser “mulher” e estar à frente dos meios de produção, assim como, contextualiza a sua liderança na presidência de uma associação, em processos coletivos de comercialização além de seu permanente diálogo com os atores de (ATER) fundamentais para o desenvolvimento do território.

Palavras-chave: Transição agroecológica; Geração de renda; Gênero.

ABSTRACT: This article experience report is the result of the Course Completion Work of the Technologist in Agroecology at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Pernambuco Campus Barreiros. The territory of Mata Sul de Pernambuco is characterized by an agrarian economic structure where conflicts over land, environmental and social impacts prevail. In this territory, there are numerous agrarian reform settlements. Despite the advances observed in the family farming segment in the last decade, the most

recent Agricultural Census highlighted significant weaknesses in gender relations and in access to Technical Assistance and Rural Extension Services (ATER). The report of successful experiences in the field of agroecology works as a motivating strategy for farming families to initiate transition processes. This study highlights the trajectory of farmer Elisabete Silva, who overcame numerous challenges, such as prejudice for her condition of being a "woman" and being at the forefront of the means of production, as well as contextualizing her leadership in the presidency of an association, in processes commercialization collectives in addition to its permanent dialogue with the actors of (ATER) fundamental for the development of the territory.

Keywords: Agroecological transition; Income generation; Genre.

INTRODUÇÃO

O relato e a sistematização de experiências exitosas no âmbito da agroecologia e da produção sustentável de alimentos funciona como uma estratégia de incentivo e motivação para agricultores e agricultoras iniciar processos de transição dos seus sistemas agrícolas convencionais para sistemas que possuam uma compreensão das relações homem-natureza.

As experiências exitosas devem ser relatadas não apenas pensando em beneficiar ou guiar outras famílias agricultoras, mais também, para sensibilizar todos os atores envolvidos na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que pertencem ao território, estando estes, muitas vezes reféns da difusão tecnicista convencional que os mantém com um olhar limitado sobre as infinitas possibilidades que o território oferece. No caso desse estudo, o território da Mata Sul de Pernambuco.

O relato de experiência compartilhado neste estudo tem como diferencial a resiliência e o protagonismo da agricultora Elisabete Silva. Resiliência quando esta agricultora segue seus objetivos mesmo a frente dos preconceitos pela sua condição de ser “mulher” e por ter a autonomia sobre os seus meios de produção. E protagonismo, pela sua liderança e iniciativa junto a associações, cooperativas, instituições, poder público municipal e outros atores fundamentais no território. Certamente, essa resiliência e esse protagonismo podem explicar a exitosa trajetória da agricultura Elisabete Silva.

O território da Mata Sul de Pernambuco é caracterizado por uma estrutura econômica agrária baseada no monocultivo da cana-de-açúcar. Os impactos ocasionados por este cultivo, o conflito pela terra e o uso indiscriminado de agrotóxicos apresentam-se ainda hoje com características importantes nesta região. Neste território, o segmento



da agricultura familiar destaca-se através dos inúmeros assentamentos de reforma agrária que tem nas famílias agricultoras um importante protagonismo de transformação e melhoria de vida. (MEDEIROS; PEREIRA, 2019).

“Segundo as informações do Censo Agropecuário mais recente, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) no ano de 2017, existem 5.073.324 estabelecimentos rurais no Brasil, desse total, 3.897.408 (76,8%) são formados por agricultores familiares” (BRASIL, 2020).

Neste cenário diverso da Mata Sul de Pernambuco, as políticas públicas voltadas a agricultura familiar foram fundamentais para o êxito e protagonismo deste relato de experiência. Dentre essas políticas podemos destacar o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (ELIAS et al., 2019).

Apesar dos avanços observados na agricultura familiar ocorridos na última década, o Censo Agropecuário 2017 ressaltou uma desigualdade de gênero observado no acesso a políticas públicas, apontando que 81,3% dos estabelecimentos familiares estavam sob gestão masculina e apenas 18,7% sob gestão feminina.

Segundo Jalil (2009) essa necessidade por condições mais igualitárias entre agricultores e agricultoras vem sendo caracterizado nos últimos anos como um processo de luta no âmbito rural, tendo como pauta o acesso à terra, o crédito rural, o acesso aos canais de comercialização e aos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Parte dessas demandas consta na Lei de ATER (Lei nº 12.188/10 – Artº 3) que destaca a equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia no âmbito da agricultura familiar.

O profissional de assistência técnica e extensão rural deve agir como um mediador de saberes e conhecimentos, dentro de uma proposta metodológica que incentive uma forma de trabalho mais participativa, ações educativas e o desenvolvimento sustentável local nas comunidades rurais (GREGOLIN; SOUZA, 2020).

Normalmente, o acesso das mulheres aos serviços de ATER ocorre através das organizações não governamentais como as ONGs, em especial, na região nordeste. Esse acesso reflete-se diretamente na inclusão dessas mulheres em políticas públicas, na sua autonomia enquanto agricultora e na geração de renda através das atividades dentro de sua propriedade (BIROLI, 2018).

Uma vez ocorrendo um sinergismo entre o acesso a políticas públicas, os serviços de extensão rural (ATER) e uma organização social forte, redesenhar os sistemas produtivos, tornando-os mais ecológicos, passa a ser o desafio enfrentado pelas mulheres e famílias agricultoras. Para isso, modificar as



práticas convencionais de cultivo, a exemplo da utilização de agrotóxicos, precisar ser superado a partir de novas estratégias e processos de transição que considere o ambiente.

É consenso entre as correntes de estudos sobre a agroecologia que os agricultores devem utilizar outros meios necessários para manejar seus agroecossistemas, passando por processos de transição que considerem o ambiente e as suas dimensões. A transição agroecológica permite uma alteração gradual e multilinear das técnicas de cultivo, no uso de insumos, assim como, de estratégias e meios de gestão dos agroecossistemas. Incorporando níveis crescentes de sustentabilidade, através da inserção dos princípios e tecnologias ecológicas, no âmbito educativo, cultural, econômico e social (GALHARDO et al., 2019).

Para isso, uma ação coletiva precisa acontecer, tendo na agroecologia um novo paradigma para enfrentar os desafios e as mais diferentes demandas impostas nos processos de transição.

O relato de experiência deste estudo implica na sistematização no campo agroecológico da vivência de uma agricultora familiar que superou questões seculares em uma região marcada pelo monocultivo da cana-de-açúcar. Como por exemplo o preconceito por estar em uma condição de “mulher” à frente dos meios de produção, não fazer uso de práticas convencionais de cultivo e tomar suas próprias decisões na condução de sua propriedade. Quebrando paradigmas e estabelecendo um permanente diálogo com todos os atores do ambiente “rural” envolvidos no território da Mata Sul Pernambucana.

METODOLOGIA

Esse artigo se configura como resultado do Trabalho de Conclusão de Curso do Tecnólogo em Agroecologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco Campus Barreiros.

O relato de experiência da agricultora Elisabete Silva, conhecida como “Dona Bete”, consiste em um recorte da sua trajetória de vida tendo como ponto de partida o momento em que esta agricultora estabelece sua primeira relação com a “terra”, enquanto espaço geográfico localizado no território da Mata Sul de Pernambuco.

Os procedimentos metodológicos para a coleta dos dados iniciaram no mês de maio do ano de 2022 no assentamento Jundiá de Cima, Tamandaré - PE. Esta área de reforma agrária foi conquistada em 1998. Atualmente, possui



40 famílias e uma população de 157 agricultores e agricultoras. O relato em questão foi realizado de forma presencial junto a própria autora deste trabalho, que também é agricultora, tendo como eixo central para os questionamentos e troca de experiências os seguintes temas: *a posse da terra, a transição agroecológica e o acesso a políticas públicas no âmbito da agricultura familiar*. Na construção do relato foram utilizados os preceitos adaptados de Holliday (2006), baseados em cinco tempos: 1. O ponto de partida; 2. Perguntas chaves iniciais; 3. Recuperar o processo vivido; 4. Analisar e sistematizar as informações e 5. Socializar as experiências descrevendo as experiências vivenciadas.

A agricultora protagonista deste relato tem 62 anos, é nascida no Município Barreiros - PE, mãe de três filhas, avó de oito netos, presidente da associação de agricultores e agricultoras do assentamento Jundiá de Cima e líder de um grupo de famílias que comercializam sua produção na feira agroecológica do município de Tamandaré - PE.

O acesso à terra

O primeiro contato com o assentamento Jundiá foi no ano de 2000 através de uma oportunidade de realizar um trabalho voluntário pelo SEBRAE, conhecendo a realidade local e a necessidade das famílias. Logo, Dona Bete percebeu que o analfabetismo predominava na localidade junto com a falta de informação sobre o acesso a diferentes políticas públicas, o que dificultava a melhoria de vida das famílias locais.

Com o acesso e a posse da terra reconhecida no ano de 2004 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Dona Bete ainda precisou ser reconhecida e aprovada pelas famílias agricultoras do assentamento em assembleia, considerando que ela não passou pelo processo de ocupação inicial da terra. A aprovação em assembleia legitima a posse de novas famílias que pleiteiam residir em áreas de reforma agrária após a homologação pelo INCRA. Felizmente, no caso de Dona Bete, todo esse processo ocorreu de forma consensual e tranquila.

Uma vez tendo a sua posse reconhecida, Dona Bete percebeu um outro desafio, o preconceito pela sua condição de estar conduzindo sua propriedade sozinha, por não ter um companheiro e pela sua condição de ser “mulher”. Sua



realidade era bastante diferente das demais famílias do assentamento, em particular, pelo legado do patriarcado formado há séculos tendo no cultivo da cana-de-açúcar a predominância do “homem” como detentor dos meios de produção e provedor da família.

Segundo relato de Dona Bete, enfrentar desafios e vencê-los foi uma constante em sua trajetória, surpreendendo aqueles que a subjugaram. No ano de 2007 Dona Bete perdeu a sua mãe que residia no município de Tamandaré, fato este, que em meio a muita tristeza e vontade de desistir das suas atividades, acabou servindo de estímulo para continuar em sua caminhada. O Assentamento Jundiá enfrenta muitos obstáculos desafios que impedem as famílias de obterem uma melhor qualidade de vida, independência, dignidade e autonomia. Desde sua chegada, Dona Bete percebeu que seria fundamental uma mudança na percepção de todos do assentamento quanto a repensar seus sistemas de produção, relação com os ecossistemas locais e buscar novos canais de comercialização. Sendo fundamental para isso, estabelecer um diálogo com o poder público, no caso, a prefeitura do município de Tamandaré.

Transição agroecológica

Com o passar dos anos nossa protagonista começou a aplicar seus conhecimentos de vida conquistados desde a sua infância na agricultura. Sendo inicialmente, desacreditada por não fazer uso das práticas convencionais como a utilização de agrotóxicos. Assim, sua jornada e aprendizados seguiram sem grandes mudanças até o ano de 2011 quando conheceu a metodologia de trabalho do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá. Após esse encontro, muitos aprendizados foram incorporados através de cursos, capacitações e trocas de experiências com outros (as) agricultores (as) de diferentes locais que tinham na agroecologia a base dos seus sistemas de produção.

Uma das experiências mais relevantes para iniciar seu processo de transição agroecológica na sua propriedade foi conhecer e conviver com o senhor Jones Severino Pereira (seu Jones), agricultor de referência do Centro Sabiá e pioneiro em cultivos agroecológicos em Pernambuco. Somado a este aprendizado, veio a parceria com a Universidade Federal Rural de Pernambuco



(UFRPE), na pessoa do professor Marcos Figueredo, ligado ao Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NEA) possibilitando diferentes trocas de experiências com a Universidade, inclusive, passando a ter sua propriedade uma área de estudos e observações para diferentes iniciativas agroecológicas junto a esta instituição de ensino.

Uma das formas de atuação dos sujeitos políticos no âmbito da agroecologia são as intervenções realizadas pelos centros universitários. Os Núcleos de Estudos Agroecológicos (NEAs) que são importantes meios de incentivo ao protagonismo do ensino, pesquisa e extensão no campo teórico prático da agroecologia. Muitos NEAs assessoram processos de transição em comunidades rurais, o que contribui com o atendimento das demandas sociais e produtivas dos agricultores (SILVA; SOUZA; ASSIS, 2017).

Desde o ano de 2011 até os dias de hoje a Dona Bete sempre manteve uma estreita relação com o Centro Sabiá e com a NAC/UFRPE. Infelizmente, esse contato foi sendo reduzido a partir do ano de 2017 em virtude do contexto político do país. A exemplo da redução das chamadas públicas voltadas para a agroecologia, além de outras ações que provocaram a paralisação de muitas iniciativas junto a agricultura familiar na Mata Sul de Pernambuco. Mesmo assim, a Dona Bete seguiu redesenhando sua propriedade e tornando o seu sistema agroalimentar cada vez mais sólido, autônomo e independente.

O acesso as políticas públicas

A forma de planejar e buscar conhecimento é uma das peculiaridades que explica o sucesso produtivo de Dona Bete. Traduzido por indicadores fundamentais de qualidade de vida como moradia, diversificação e geração de reuniões oriunda das atividades agrícolas. Isso serve de exemplo permanente para as demais famílias do assentamento Jundiá. Sem cooperação e liderança, dificilmente os sonhos e demandas destas famílias acontecerão. Atualmente, no assentamento Jundiá existem 40 famílias assentadas, dessas, menos de 50% já acessaram algum tipo de política pública como o PRONAF, PAA ou PNAE. Dentre as famílias que conseguiram acessar alguma das políticas ou programas citados, uma grande parte encontra-se inadimplentes ou não deram continuidade aos seus projetos.

Na perspectiva de nossa protagonista nenhum avanço pode ocorrer sem uma ATER presente, seja ela pública ou privada, sendo bastante difícil os



processos de transição nas propriedades familiares acontecerem sem esse apoio, e principalmente, o envolvimento de mais famílias, jovens e mulheres nestas iniciativas. Por outro lado, a proximidade de Dona Bete com as ONGs e as universidades ajudou o assentamento a superar a lacuna da falta de extensão rural. Um exemplo disto foi a criação de uma feira agroecológica no município de Tamandaré no ano de 2013. Para isto, o Centro Sabiá teve um papel preponderante na sensibilização do poder público local e renda das famílias. Culminando na conquista de um espaço cedido pela prefeitura e barracas padronizadas.

Dentre os muitos desafios e conquistas na vida de Dona Bete mencionados até o momento, não podemos desconsiderar a pandemia como um evento epidemiológico que impactou todo o planeta, especialmente, por desestruturar as cadeias produtivas globais e canais de comercialização, em especial, na agricultura familiar.

A pandemia na agricultura familiar foi um divisor de águas entre agricultores organizados e não organizados. Nesse sentido, a Dona Bete e as famílias do assentamento que compartilham o seu modo de “vida”, com sistemas diversificados de produção, a multiplicidade de canais de comercialização e ferramentas digitais, mostraram-se resilientes nesse processo.

As famílias menos organizadas passaram por situações difíceis recorrendo a auxílios e benefícios sociais. A pandemia ressaltou que as relações econômicas, institucionais e sociais que existem entre os diferentes atores dentro dos sistemas alimentares os tornam dependentes uns dos outros (BENÉ, 2020).

Parecerias e novas iniciativas

Somado aos diferentes atores que contribuíram na história de vida exitosa de Dona Bete, em meio as diversas etapas de transição, agroecológica e/ou pessoal, está o Instituto Federal de Pernambuco Campus Barreiros (IFPE-barreiros). O primeiro contato ocorreu no ano de 2011 através de cursos de avicultura e olericultura ofertados através Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) no assentamento Jundiá. Esta ação possibilitou ao campus, docentes e estudantes conhecê-la juntamente com sua propriedade. Esta relação permanece até os dias de hoje, em particular, com a participação de Dona Bete em todos os eventos relacionados à temática no



IFPE-Barreiros como as jornadas de agroecologia além de inúmeras visitas pedagógicas em sua propriedade.

A busca por conhecimento, melhoria de vida e experiências ainda está presente no cotidiano de vida de Dona Bete, isso fica evidente quando seus olhos brilham por novos projetos e iniciativas, principalmente, quando o sentido coletivo está presente. Neste sentido, atualmente tem sido forte o seu interesse pelo “turismo rural” tendo em vista o enorme potencial para esta atividade no assentamento Jundiá com suas trilhas, cachoeiras e vegetação nativa, o que possibilitaria compartilhar esse patrimônio natural com famílias urbanas, gerando renda e oportunidade para as famílias agricultoras locais.

RESULTADOS

A Dona Bete foi coordenadora do conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável (CMDRS) no ano de 2004. Através deste espaço, foi possível trazer respostas a muitas demandas da comunidade como o acesso à energia elétrica, serviço que muitas famílias ainda não possuíam. A cada experiência compartilhada ela foi redesenhando sua propriedade e fortalecendo suas atividades produtivas em um processo de transição agroecológica permanente. Por esse legado, tornou-se uma referência para as famílias do seu assentamento e para muitas outras na Mata Sul de Pernambuco.

O processo de transição agroecológica em sua propriedade foi iniciado há sete anos. Hoje ela conta com o seu quintal agroecológico, produção de mais de 30 culturas agroalimentares diferentes; plantas ornamentais e medicinais; produção de pequenos animais, ovos de galinha e pintinhos, além da comercialização de produtos beneficiados como macaxeira descascada e embalada a vácuo, massa de mandioca, bolos fora muitos sonhos ainda para realizar (Figura 1).



Figura 1. Processo de transição agroecológica na propriedade da agricultura Elisabete Silva localizada no assentamento Jundiá de Cima, Tamandaré – PE. Foto: registrada pela agricultora. 2022.



Dona Bete: o Centro Sabiá capacitou o grupo com sua política de intercâmbio, encontro com todos e seu corpo técnico ensinando a fazer um redesenho da propriedade a construir um SAF (sistema agroflorestal), fazer práticas conservacionistas, proteção de nascentes e tantas outras práticas para tornar a propriedade sustentável, o trabalho não é fácil no início, mas não é impossível com força de vontade. Quando a metodologia entra na mente e no coração, se torna uma forma de vida transformada para melhor e vai construindo parcerias que chegam para somar, mostrando tecnologias simples que faz toda diferença no dia a dia como a UFRPE – IFPE campus Barreiros, IPA, Prefeitura de Tamandaré.

O primeiro acesso do assentamento jundiá ao PNAE foi liderado por ela em 2013. No tocante ao PAA, desde a sua ao assentamento Jundiá foram realizadas seis chamadas públicas contemplando 18 famílias, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para cada família. Vale ressaltar, que em 2011 foi criada uma cooperativa no Município de Tamandaré com o intuito de organizar as famílias agricultoras para participar das chamadas públicas dos programas PNAE e PAA. Atualmente, 42 famílias participam de ambos os programas, sendo 16 famílias integrantes também do grupo de agricultores da feira agroecológica de Tamandaré.

A implantação da feira agroecológica no Município de Tamandaré representa um divisor de águas na história de Dona Bete e do Assentamento Jundiá: inicialmente, composta por um pequeno grupo de agricultores que aderiram ao sistema de produção agroecológico a partir de uma capacitação promovida pelo Centro Sabiá. Atualmente, a feira possui 16 famílias. Com uma outra parceria estabelecida e capitaneada pela Dona Bete, num projeto coordenado pela ONG Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA) houve a expansão da feira e a integração de muitos filhos de agricultores nessa iniciativa. O SERTA é uma organização da sociedade civil de Interesse Público (OSCIP) que busca realizar ações da agroecologia e educação no campo (SERTA, 2020).

A feira funciona como uma vitrine para a agricultura familiar local, uma vez que democratiza a produção familiar agroecológica, agregando diversas



conquistas aos seus integrantes como a captação de recursos para reestruturação da feira, como o objetivo de obter a certificação da produção, novas barracas, capacitação na manipulação de alimentos e uma praça de alimentação numa parceria entre o Centro Sabiá e uma ONG alemã. Isto proporcionará aos clientes um local mais adequado para convivência e interação junto as famílias agricultoras durante o momento de compras.

Essa convivência entre as famílias agricultoras e os consumidores é fundamental, Dona Bete possui um grupo de clientes já fidelizados, o que foi essencial para manter sua renda durante a pandemia quando a feira ficou fechada. Com esta proximidade construída, ela consegue informar um dia antes da feira o que vai comercializar para que os clientes possam fazer a reserva dos produtos. Sua ideia é expandir cada vez mais esse número de clientes “virtuais fidelizados” e inserir outras famílias neste canal (Figura 2).

Figura 2. Feira agroecológica no município de Tamandaré – PE. Foto: registrada pela agricultora. 2022.



Apesar dos avanços da feira agroecológica, o espaço ainda enfrenta inúmeras fragilidades como a falta da produção em escala, a inserção de mais famílias na produção agroecológica no assentamento e a necessidade de uma certificação que garanta o controle social e ratifique as famílias como produtores agroecológicos. A especificidade dos espaços agroecológicos de comercialização se relaciona diretamente com sistemas de produção diferenciados, que considera processos da natureza e não faz uso de agrotóxicos. Para tanto, um dos elementos fundamentais na certificação são as relações de amizade e confiança entre o agricultor e o consumidor (SOUZA et al., 2018).

Outro fato relevante da história de vida de Dona Bete que corrobora com os anos de dedicação e com as trocas de experiências com inúmeras instituições foram as parcerias com IFPE – Barreiros, que despertou nela o desejo de prestar vestibular para concorrer a uma vaga no Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia, e coroar todos os seus saberes de vida com o conhecimento



técnico. Desta forma, no ano de 2018 ela foi selecionada para este curso superior no Campus Barreiros, sendo em suas palavras “*mais um desafio em sua vida*”, em especial, por ter que conciliar o curso, a distância e as atividades em sua propriedade.

Dona Bete: *A rotina era acordar cedo para chegar em Barreiros a tempo de pegar o ônibus do campus na cidade para ir às aulas. Quando por algum motivo eu atrasava, tinha que pagar moto para subir até o Campus: isso no primeiro mês me custou R\$ 280 (duzentos e oitenta reais) com alguns lanches. No primeiro ano a média era essa, depois tive que investir em colocar internet em casa para estudar, me custava mais R\$150 (cento e cinquenta reais) por mês; comprei um notebook, uma impressora, para facilitar com pesquisa, tudo isso foi um esforço sobrenatural, nunca tive contato com computador que fosse meu. A bolsa da extensão (PIBEX) orientada pelo professor Marcelo Mello, guiado por Deus ajudou bastante nesta caminhada.*

Figura 3. A agricultora Elisabete Silva em práticas de campo e laboratório no curso de tecnologia em agroecologia do Instituto Federal de educação de Pernambuco – IFPE Campus Barreiros. 2019. Foto: registrada pela agricultora. 2022.



Na perspectiva da diversificação, Dona Bete vem estabelecendo conversas com a rede hoteleira do município de Tamandaré e com as escolas da região visando a possibilidade de iniciar atividades relacionadas com o turismo rural. O potencial existente na propriedade da Dona Bete e no próprio assentamento Jundiá possibilita compartilhar e vivenciar a rotina das famílias agricultoras com os turistas, fazendo desta atividade, como já acontece em diversos outros locais do país, uma oportunidade de renda a mais para as famílias locais (Figura 3).

O caminho trilhado por Dona Bete até aqui foi longo e repleto de desafios, entretanto, hoje serve de exemplo/incentivo para muitas outras famílias na Mata Sul de Pernambuco. O relato descrito neste trabalho mostra que é possível ter uma propriedade agroecológica, sustentável e rentável. Basta apenas, entender e respeitar as relações ser humano-natureza, assim como, ter a humildade e a vontade de aprender, compartilhando esse conhecimento com todos a sua volta.



Talvez esse seja o maior legado da trajetória de vida da Dona Bete, nunca deixar de sonhar. Entretanto, quando se trata do espaço “rural” os sonhos vem acompanhados de grandes desafios, que uma vez superados, precisam ser mantidos e consolidados permanentemente

AGRADECIMENTOS

O relato da experiência de vida da Dona Bete compartilhado neste estudo não seria possível sem as inúmeras parcerias que esta agricultora estabeleceu como o Centro Sabiá, com o IPA, com a UFRPE e com o IFPE campus Barreiros, todas essas, com um único intuito, aprender e compartilhar o aprendizado.

REFERÊNCIAS

BÉNÉ, C. Resilience of local food systems and links to food security – A review of some important concepts in the context of COVID-19 and other hocks. **Food Secur.** v.12, n.4, p. 805-822, 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12571-020-01076-1>. Acesso em: 2 abr. 2022.

BIROLI, Flavia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1 ed. São Paulo: Bom tempo, 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano agrícola e pecuário 2020/2021**. Brasília: MAPA, 2020.

CHAVES, P.R. “Fala Parente!” “Fala Comadre!” “Fala Vizinho!” “Fala Irmão!” – Resistência Camponesa, Indígena e Quilombola em tempos de pandemia da COVID-19. In.: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo – Brasil 2020**.

ELIAS, L. P.; BELIK, W.; CUNHA, M. P.; GUILHOTO, J. J. M. Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na agricultura familiar de Santa Catarina. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 2, p.37, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.171266>. Acesso em: 2 abr. 2022.

GALHARDO, L. R.; SILVA L. F. S., LIMA, A. S. F. Produtores orgânicos no Brasil e seus organismos certificadores. **Revista Ciência, Tecnologia & Ambiente**, Araras – SP, v. 8, p. 37-45. 2019. Disponível em: <https://www.revistacta.ufscar.br/index.php/revistacta/article/view/129>. Acesso em: 2 abr. 2022.

GREGOLIN, M. R.; SOUZA, R. S. A construção de referentes teóricos-metodológicos de ATER para gestão de cooperativas de agricultores familiares: luxo ou necessidade? **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, Santa Maria – RS, v.7, p.132-145, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/41192>. Acesso em: 2 abr. 2022.



HOLLIDAY, O. J. **Para sistematizar experiências**. Tradução de: Maria Viviana V. Resende. 2. Ed - Brasília: MMA, 2006. 128 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/34kjLbb>. Acesso em: 10 out. 2021.

JALIL, L. M. Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro. 2009.

LIMA, F. A. X; Construção de redes e Agroecologia: O papel dos atores sociais no desenvolvimento rural. **Interações**, Campo Grande, v. 10, n.1, p. 171-183, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/4tmyycWdizr8YCSYjs9vVybf/>. Acesso em: 10 out. 2021.

MACHADO, P. M. de O. et al. Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros. **Revista Ciência. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro – RJ, v. 23, n. 12, p. 4153 – 4164, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/QdL4Yswv459pkKsWdvMBqtt/?format=pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

MEDEIROS, L. S.; PEREIRA, M. C. B. A sociedade de risco no contexto agrário: expansão do agronegócio e resistências agroecológicas em Pernambuco. **Brazilian Journal of Agroecology and Sustainability (UFRPE), Garanhuns – PE**, v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: <http://10.52719/bjas.v0i0.2286>. Acesso em: 15 nov. 2021.

NICHOLLS, C. I.; ALTIERE, M. A.; VÁZQUEZ, L. L. Agroecología: principios para la conversión y el rediseño de sistemas agrícolas. [s. l.]. **Revista Agroecología, Sociedad Española de Agricultura Ecológica (SEAE)**, Murcia - Espanha, v. 10, n. 1, p. 61-72, 2015. Disponível em: <https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/300741>. Acesso em: 10 out. 2021.

ROSA, M. P.; SVARTMAN, B. P.; Agroecologia e políticas públicas: reflexões sobre um cenário em constantes disputas. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v.18, n.41, p. 18-41, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000100003. Acesso em: 10 out. 2021.

SANCHES, C. D. A. **A contribuição da sistematização de experiência para o fortalecimento do campo agroecológico e agricultura familiar no Brasil**. São Carlo- UFSCAR, 180 p. 2011.

SERVIÇO de Tecnologia Alternativa (SERTA). **Quem Somos**. Disponível em: <https://www.serta.org.br/>. Acesso em: 26 jan. 2022.

SILVA, L. M. S.; SOUSA, R. P.; ASSIS, W. S. A educação superior e a perspectiva agroecológica: avanços e limites dos Núcleos de Agroecologia das IES no Brasil. **Revista Desenvolvimento Regional (REDES)**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p.250-275, 2017. Disponível em:



<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/9429>. Acesso em: 10 out. 2021.

SOUZA, R. A.; LYRA, M. R. C. C.; SILVA, M. T. S. O cenário da agricultura familiar em Pernambuco sob o viés da sustentabilidade. IX Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, São Bernardo do Campo/SP, **Anais IX Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental**, v.8, n. 3, p.1-11, 2018. Disponível em: <https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2018/VII-008.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

